

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

16ª Reunião Extraordinária 05 de Outubro de 2021 às 14:30 horas no Ambiente Virtual.

Presidente: Deputado Gilmaci Santos

Item	Proposição	Autor	OBJETO	Relator	Voto	Vista
1	Projeto de lei 233/2018 (Tramitação Urgência) Juntado o Projeto de lei 293/2018	Deputado Campos Machado	Altera a Lei nº 12.233, de 2006, que define a Área de Proteção e Recuperação dos Mananciais da Bacia Hidrográfica do Guarapiranga.	Deputado Enio Tatto	favorável ao PL 233/18 na forma do substitutivo apresentado pela CMADS e contrário ao PL 293/18	
2	Projeto de lei Complementar 22/2019	Ministério Público	Amplia, no Ministério Público, o Quadro de Cargos de Promotor de Justiça e acrescenta o inciso VI ao artigo 165 da Lei Complementar nº 734, de 26 de novembro de 1993 (Lei Orgânica do Ministério Público).	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável à Mensagem Aditiva Substitutiva, na forma da subemenda substitutiva ora apresentada; e contrário à Emenda nº 10 e ao Substitutivo apresentado pela CCJR	
3	Projeto de lei 539/2017	Deputada Leci Brandão	Estabelece ordinariamente o período matutino para o trajeto a ser percorrido pelos carteiros pedestres, no Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	contrário	
4	Projeto de lei 596/2018	Deputado Delegado Olim	Obriga agências bancárias, cooperativas de crédito, empresas de crédito, casas lotéricas e agências dos Correios a manter vigilância armada durante todo o horário de atendimento ao público.	Deputado Alex de Madureira	favorável ao projeto na forma do substitutivo ora apresentado	

5	Projeto de lei 387/2019	Deputado Caio França e Deputada Monica da Mandata Ativista	Cria Delegacias Especializadas em Crimes Contra Idoso - DECI nos municípios com mais de cem mil habitantes no Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	contrário	
6	Projeto de lei 498/2019	Deputado Rodrigo Gambale	Autoriza o Poder Executivo a confeccionar cartilha de orientação aos pais sobre cuidados com o conteúdo da internet para seus filhos.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
7	Projeto de lei 506/2019	Deputada Carla Morando	Institui a "Semana Estadual da Conscientização do Uso da Internet por Crianças".	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável ao projeto e à emenda proposta pela CCJR	
8	Projeto de lei 536/2019	Deputada Carla Morando	Estabelece diretrizes para regulamentação da atividade do serviço remunerado de entregas, por meio de aplicativos ou outras plataformas virtuais de rede.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
9	Projeto de lei 540/2019	Deputado Rodrigo Gambale	Institui a "Semana Cultural Interescolar" nas escolas de ensino fundamental e médio do Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
10	Projeto de lei 545/2019	Deputado Campos Machado	Dá nova redação a dispositivos da Lei nº 10.313, de 20 de maio de 1999, alterada pela Lei nº 14.363, de 15 de março de 2011.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
11	Projeto de lei 571/2019	Deputado Mauro Bragato	Autoriza o Poder Executivo a estabelecer diretrizes para a consecução da Política Estadual de Proteção dos Direitos da Pessoa com Lesão Medular.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
12	Projeto de lei 610/2019	Deputado Heni Ozi Cukier	Torna obrigatória a divulgação do valor pago pelos anúncios publicitários veiculados pelos órgãos da administração direta e indireta do Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	

13	Projeto de lei 630/2019	Deputado Altair Moraes	Torna obrigatório o atendimento terapêutico individualizado para pacientes com Transtorno do Espectro Autista nos serviços públicos e particulares do Estado.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
14	Projeto de lei 643/2019	Deputada Janaina Paschoal	Determina que uma das aulas semanais de Educação Física seja destinada ao ensino de alguma modalidade de luta corporal às alunas, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio.	Deputado Enio Tatto	favorável	
15	Projeto de lei 654/2019	Deputado Rodrigo Gambale	Obriga as escolas públicas do ensino fundamental e médio do Estado a criar campanha publicitária permanente de valorização e respeito ao trabalho do professor.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
16	Projeto de lei 664/2019	Deputada Beth Sahão	Proíbe o constrangimento ao livre exercício do magistério e do aprendizado nos estabelecimentos de ensino do Estado.	Deputado Estevam Galvão	favorável ao projeto com emenda ora apresentada	
17	Projeto de lei 683/2019	Deputado Carlão Pignatari	Autoriza o Poder Executivo a criar políticas públicas de patrulha rural.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável ao projeto e à emenda nº1 na forma da subemenda apresentada pela CCJR	
18	Projeto de lei 738/2019	Deputado Delegado Bruno Lima	Autoriza os estabelecimentos do sistema estadual de ensino a adotar atividades com fins educativos para enfrentamento à violência e reparação de danos.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável	
19	Projeto de lei 909/2019	Deputado Rafa Zimbaldi	Institui a Campanha Educativa Cerol Mata.	Deputada Dra. Damaris Moura	favorável ao projeto na forma do substitutivo apresentado pela CAPRT e contrário ao substitutivo apresentado pela CCJR	
20	Projeto de lei 991/2019	Deputado Sergio Victor	Altera a Lei nº 10.705, de 28 de dezembro de 2000, que dispõe sobre a instituição do Imposto sobre Transmissão "Causa Mortis" e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos - ITCMD.	Deputado Enio Tatto	favorável	

21	Projeto de lei 45/2020	Deputado Tenente Coimbra	Institui o Programa Empresa Amiga da Segurança Pública.	Deputado Delegado Olim	favorável	
22	Projeto de lei 390/2020	Deputado Enio Tatto	Destina carteiras em locais determinados das salas de aula aos estudantes com Transtorno do Espectro do Autismo - TEA nas escolas do Estado.	Deputado Delegado Olim	favorável	
23	Projeto de lei 485/2020	Deputado Major Mecca	Institui o Programa de Apoio ao Funcionário Público que se tornou Pessoa com Deficiência.	Deputado Delegado Olim	favorável	
24	Processo 4179/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 1738/2018 - TC-001743/009/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre o Conjunto Hospitalar de Sorocaba e a empresa Unihealth Logística Hospitalar Ltda.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a posição adotada pelo TCE, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, no sentido de tomarem as medidas cíveis e criminais cabíveis, com posterior arquivamento dos autos	
25	Processo 4767/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.ARC 956/2018 - TC-017224/026/11 - Julgou irregulares a concorrência, o contrato e o termo de rescisão amigável celebrados entre a Companhia Paulista de Trens Metropolitanos-CPTM e o Consórcio OAS/Constran/MPE-Suzano (constituído pelas empresas: Construtora OAS Ltda., Constran S.A. Construções e Comércio, MPE-Montagens e Projetos Especiais S.A. e Ensin-Empresa Nacional de Sinalização e Eletrificação Ltda.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a posição adotada pelo TCE, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, no sentido de tomarem as medidas cíveis e criminais cabíveis, com posterior arquivamento dos autos	
26	Processo 5007/2018	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.ARC 1026/2018 - TCs-038118/026/08, 038119/026/08 e 004520/026/09 - Julgou irregulares os termos aditivos celebrados entre a CPTM e as empresas FFN Construções e Comércio Ltda., Contracta Engenharia Ltda. e Consbem Construções e Comércio Ltda.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a posição adotada pelo TCE, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, no sentido de tomarem as medidas cíveis e criminais cabíveis, com posterior arquivamento dos autos	

27	Processo 3573/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC.SEB 618/2019 - TC-019445/026/08 - Julgou irregular o contrato celebrado entre a Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo-SABESP e o Consórcio ETEP-ENGER-MAUBERTEC.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a posição adotada pelo TCE, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, no sentido de tomarem as medidas cíveis e criminais cabíveis, com posterior arquivamento dos autos
28	Processo 5214/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGCRRM 1056/2019 - TC-28826/026/14 e TC-28827/026/14 - Julgou irregulares o pregão eletrônico, os contratos e as apostilas de reajuste contratual, celebrados entre a Secretaria de Estado da Educação - Diretoria de Ensino Região de Guarulhos Sul, e a empresa PROVAC Serviços Ltda.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a posição adotada pelo TCE, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, no sentido de tomarem as medidas cíveis e criminais cabíveis, com posterior arquivamento dos autos
29	Processo 5727/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CGC-SEB 966/2019 - TC-37646/026/13 - Julgou irregular o 4º Termo de Prorrogação Excepcional celebrado entre a Secretaria de Estado de Saúde - Instituto Dante Pazzanese de Cardiologia e a empresa JLA Alimentação Ltda.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a posição adotada pelo TCE, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, no sentido de tomarem as medidas cíveis e criminais cabíveis, com posterior arquivamento dos autos
30	Processo 6009/2019	Tribunal de Contas do Estado de São Paulo	Of. CG.C.DER 1659/2019 - TC-44681/026/07 - Julgou irregulares a concorrência, o contrato e os termos de aditamento celebrados entre a CPTM e o Consórcio Cobraman II.	Deputado Marcio da Farmácia	que concorda com a posição adotada pelo TCE, solicita envio de ofícios ao MP e à PGE, no sentido de tomarem as medidas cíveis e criminais cabíveis, com posterior arquivamento dos autos

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO E PLANEJAMENTO

PAUTA PARA DELIBERAÇÃO CONCLUSIVA

16ª Reunião Extraordinária 05 de Outubro de 2021 às 14:30 horas no Ambiente Virtual.

Presidente: Deputado Gilmaci Santos

Para Deliberação:

Item 31 - Requerimento 02/2021 de autoria do Deputado Alex de Madureira, solicitando a CONVOCAÇÃO do Diretor Geral da Agência Reguladora de Serviços Públicos - ARTESP, Senhor Milton Roberto Persoli, para que compareça à Comissão de Finanças, Orçamento e Planejamento, com o objetivo de prestar esclarecimentos sobre o início das operações de pedágios nas Rodovias SP-308 em Piracicaba e SP-304 em São Pedro, no interior do Estado de São Paulo.

Item 32 - Requerimento nº 3/2021 do Deputado Enio Tatto solicitando a realização de uma AUDIÊNCIA PÚBLICA PRESENCIAL, em caráter de urgência, por esta Comissão com a presença do superintendente do IAMSPE - o Senhor Wilson Pollara - para discussão, análise, justificativa e as devidas explicações e soluções sobre atendimentos e repasses prestados por credenciados/conveniados no âmbito do Estado de São Paulo.

Para Ciência:

- Correspondência eletrônica da FECOMERCIO/SP se manifestando contrariamente ao PL 2337/21.

- Correspondência eletrônica da Câmara de Votuporanga encaminhando cópia da Indicação 369/21 para que se estude a possibilidade do contribuinte com saldo na Nota Fiscal Paulista utilize este no pagamento de seus débitos junto ao Fisco Estadual.

- Ofício 126/21 da Câmara de Mauá, encaminhando cópia da moção de apelo para que seja criada uma comissão formada por representantes das categorias de atividades não essenciais, para que empresários sejam ouvidos e ajudados no plano de combate ao COVID-19.

- Ofício da Câmara de Ibirá encaminhando cópia do Requerimento solicitando que seja intercedido junto aos órgãos competentes visando a liberação de recursos financeiros na ordem de R\$100.000 que serão destinados à construção de uma Capela em homenagem aos Santos Reis, a ser instalada na praça Jose Luiz Zaghi.

-Correspondência eletrônica do Sr. Hélio Monteiro para que se estude a possibilidade de zerar o ICMS sobre a compra de bicicletas e redução nas câmaras de ar a fim de estimular a prática esportiva.

-Correspondência eletrônica do Secretário de Projetos, Orçamento e Gestão, Mauro Ricardo Machado Costa, com relatórios relativos à avaliação de desempenho dos programas do PPA - Ciclo 2020-2023.

- Correspondência eletrônica da Beneficiadora de Cereais Furoni, sugerindo a redução da alíquota de ICMS nas operações internas do arroz e demais produtos da cesta básica, assim como foi realizado no Estado de Goiás, para incentivar e melhorar a concorrência das empresas sediadas no Estado de São Paulo.

-Correspondência da Secretaria de Saúde- Conselho Municipal de Saúde de São José dos Campos, encaminhando moção de repúdio aos cortes de 12% dos recursos destinados às Santas Casas, dos programas Pró Santa Casa e SUSstentáveis e Contratos de Gestão celebrados com Organizações Sociais e exige revisão da decisão.

- Ofício 174/21 da Câmara de Pedreira encaminhando cópia da moção de apelo no sentido de serem analisadas as possibilidades das Santas Casas serem urgentemente agraciadas com o perdão total ou anistia de seus débitos referentes aos seus impostos e/ou voltar a ser realizado o parcelamento de débitos em atraso do PROSUS, considerando a crise financeira vivenciada pelas Santas Casas e agravada pela pandemia, vez que a não quitação dos débitos resultam na não obtenção da Certidão Negativa de Débitos.
- Ofício 96/21 da Câmara de Jundiá encaminhando cópia da moção de apelo para que se revogue o Decreto 65.021, sobre cobrança de percentuais da aposentadoria dos servidores públicos do estado.
- Ofício 101/21 da Câmara de Itápolis encaminhando cópia da moção de apelo ao Governador para que o Estado complete o valor do auxílio emergencial, chegando à R\$600,00.
- Ofício 394 da Câmara de São Carlos encaminhando cópia da moção de apelo ao Congresso Nacional para que não aprovem a PEC, proposta pelo Senador Márcio Bittar, que defende o fim dos gastos mínimos de investimentos em saúde e educação nos três níveis da federação.
- Pósseso 6635/2020, já deliberado por esta comissão e arquivado, o TCE julgou irregular o termo aditivo e ilegal os atos ordenadores das despesas decorrentes.
- Ofício 3142/21 da Câmara de Americana encaminhando cópia da moção de apelo ao Presidente da Alesp para que coloque em apreciação e votação pelos parlamentares os PDLs 22/2020 e 39/2020.